

## Esporte Universitário e Associações Atléticas Acadêmicas: recursos físicos, humanos e financeiros para os treinamentos

### University Sports and Academic Athletic Associations: physical, human and financial resources for training

### Asociaciones deportivas universitarias y atléticas académicas: recursos físicos, humanos y económicos para la formación

Junior Vagner Pereira da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Brasil)

**Resumo.** As Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs) figuraram como importantes instituições associativistas responsáveis pelo esporte universitário. Ao longo dos mais de 100 anos de existência, a atuação de aspectos políticos, sociais e culturais fizeram com que mudanças ocorressem na estrutura, composição, tipos de ações, abrangência das competições e diversidade de modalidades fomentadas. Mas pouco se conhece a respeito dos treinamentos dessas instituições, o que levou a realização da presente pesquisa objetivando analisar a organização dos treinamentos esportivos das AAAs da UFMS/Cidade Universitária. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, quantitativa e de campo, com participação de 17 presidentes de AAAs da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Cidade Universitária, por meio do preenchimento de questionário *on-line* e análise de frequência absoluta e relativa dos dados. Evidenciou-se que a maioria das atléticas (88.23%) utilizam os espaços esportivos da universidade para os treinamentos, dispõem de treinadores (70.58%) formados em Educação Física (66.66%), remunerados (83.33%) com recursos do caixa (90.00%) e escolhidos principalmente pelo valor cobrado (50.00%). Conclui-se que a UFMS/Cidade Universitária figura como importante espaço para os treinamentos das AAAs e que as atléticas analisadas recorrem a treinadores com formação específica para preparação esportiva.

**Palavras-chaves:** Universidade, Políticas Públicas, Associativismo, Esporte, Treinamentos.

**Abstract.** The Athletic Academic Associations (AAAs) are important associative institutions responsible for university sports. Over its more than 100 years of existence, political, social and cultural aspects have led to changes in the structure, composition, types of actions, scope of competitions and diversity of modalities promoted. But little is known about the training of these institutions, which led to the carrying out of this research aiming to analyze the organization of sports training in the AAAs of UFMS/Cidade Universitária. This is a descriptive, exploratory, quantitative and field research, with the participation of 17 presidents of AAAs from the Federal University of Mato Grosso do Sul/Cidade Universitária, by completing an online questionnaire and analyzing absolute and relative frequency of the data. It was evident that the majority of athletics (88.23%) use the university's sports facilities for training, have coaches (70.58%) trained in Physical Education (66.66%), paid (83.33%) with cash resources (90.00%) and chosen mainly for the amount charged (50.00%). It is concluded that UFMS/Cidade Universitária figures as an important space for AAAs training, and that the athletics analyzed use coaches with specific training for sports preparation.

**Keywords:** University. Public Policies. Associations. Sport. Training.

**Resumen.** Las Asociaciones Atléticas Académicas (AAA) son importantes instituciones asociativas responsables del deporte universitario. A lo largo de sus más de 100 años de existencia, aspectos políticos, sociales y culturales han propiciado cambios en la estructura, composición, tipos de acciones, alcance de los concursos y diversidad de modalidades promovidas. Pero se sabe poco sobre la formación de esas instituciones, lo que motivó la realización de esta investigación con el objetivo de analizar la organización de la formación deportiva en las AAA de la UFMS/Cidade Universitária. Se trata de una investigación descriptiva, exploratoria, cuantitativa y de campo, con la participación de 17 presidentes de AAA de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul/Cidade Universitária, mediante la cumplimentación de un cuestionario online y el análisis de la frecuencia absoluta y relativa de los datos. Se evidenció que la mayoría de los deportistas (88,23%) utilizan las instalaciones deportivas de la universidad para su entrenamiento, cuentan con entrenadores (70,58%) capacitados en Educación Física (66,66%), remunerados (83,33%) con recursos en efectivo (90,00%) y elegidos principalmente por el importe cobrado (50,00%). Se concluye que la UFMS/Cidade Universitária figura como un espacio importante para la formación de las AAA, y que los atletismos analizados utilizan entrenadores con formación específica para la preparación deportiva.

**Palabras clave:** Universidad. Políticas Públicas. Asociaciones. Deporte. Formación.

---

Fecha recepción: 06-12-23. Fecha de aceptación: 05-03-24

Junior Vagner Pereira da Silva  
jr\_lazer@yahoo.com.br

### Introdução

As ações esportivas voltadas aos universitários brasileiros tiveram seu protagonismo no associativismo estudantil no final do Século XIX através de iniciativas de grêmios, centros acadêmicos e Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs). Foram pioneiras a atuação dos estudantes do *College Mackenzie* (São Paulo) e da Faculdade de Medicina e Cirurgia (Rio de Janeiro), instituições em que os estudantes

promoveram treinamentos e competições através de amistosos em nível municipal e estadual (Starepravo, Reis, Mezzadri, & Marchi Jr, 2010) expandindo, a partir de 1916, para disputas interestaduais (Pessoa & Dias, 2019; Starepravo, et al., 2010) e organização das primeiras edições de eventos nacionais em 1934 (1º Jogos Universitários Brasileiros) e 1935 (1ª Olimpíada Universitária do Brasil).

No decorrer desses mais de 100 anos, o esporte universitário fomentado pelo associativismo sofreu diversas in-

fluências políticas, sociais e culturais, resultando em modificações na estrutura, composição, tipos de ações, abrangência das competições e rol de modalidades fomentadas, conforme mostram os estudos de Martineli, Ribeiro e Silva (2023), Ribeiro, Martineli, Navarro, Moraes e Silva e Silva (2022), Pessoa e Dias (2010) e Starepravo et al. (2010), o que corroborou com que na atualidade a composição dessas entidades seja diversa - formações e habilitações em licenciatura e bacharelado da mesma faculdade ou por unidades setoriais (Belato, 2018); curso único, cursos de uma mesma unidade, área de conhecimento ou campus (Pereira & Silva, 2019); alunos do mesmo curso, com formação única; estudantes da mesma graduação, mas com formações ou habilitações diferentes; e cursos de Faculdade/Escola/Instituto diferentes, mas de uma mesma área do conhecimento, substituindo as Federações Desportivas Estaduais pelas Ligas (Ribeiro, et al., 2022).

Tão variada quanto a composição, passou a ser a quantidade de AAAs criadas em cada universidade, vez que de uma AAA por universidade, passou a contar com inúmeras – 41, Universidade Federal de Goiás (Santos Junior, Almeida, Pereira, & Rodrigues, 2023), 17, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Cidade Universitária (Martinelli, et al. 2023; Ribeiro, et al., 2022), 14, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Pereira & Silva, 2019) -, o que indica um exponencial crescimento nos últimos 20 anos.

Em relação a atuação, gradativamente o associativismo universitário ampliou as atividades que compõem o rol de suas intervenções. Para além dos treinamentos, amistosos e competições esportivas (Starepravo, et al., 2010) e festas e bailes utilizados para arrecadação de recursos financeiros para subsidiar suas ações (Pessoa & Dias, 2019), passaram a organizar outros tipos de eventos - calouradas, festivais, campanhas de doação, palestras, assembleias e workshop - (Pereira & Silva, 2019) e festas “open bar” (Romera, 2014), por vezes, com apresentações musicais de artistas de renome nacional (Malagutti, Rojo, & Starepravo, 2020), transformando as festas em um produto cada vez mais frequente e rentável. Algumas passaram a contar com equipes de baterias, charangas e *cheerleaders* (Pereira & Silva, 2019), assim como um conjunto de produtos identitários (roupas, adesivos, canecas, gorros e acessórios), criados e utilizados para promover e divulgar a agremiação e arrecadar recursos financeiros (Fagundes, Prado, & Felix, 2022).

No que concerne as competições esportivas, a participação em eventos internos (Ribeiro, et al., 2022; Malagutti, et al., 2020) ou em competições regionais de áreas com elevado prestígio entre os estudantes (Malagutti, et al., 2020; Motta & Cora, 2019; Rocha & Siqueira, 2009) passaram a predominar, o que demonstra deslocamento da participação de competições promovidas pela Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), para competições próprias das universidades ou de áreas específicas, ainda que existam universidades em que os jogos universitários estaduais e os brasileiros desfrutem de maior deferência, como evidenciado nas universidades federais de Minas Gerais

(Barbosa, 2014). Neste cenário, as modalidades esportivas objeto das competições (e por conseguinte, os treinamentos) também são plurais, dispendo os eventos internos de cada universidade e os regionais de áreas um leque menor em relação aos organizados pela CBDU. Competições internas de universidades e de áreas específicas contemplam em sua maioria as mesmas modalidades – futsal, vôlei, basquete, handebol, natação, tênis de mesa, atletismo, tênis de quadra, judô, xadrez e vôlei de praia (JIUFMS, InterMed, Engenharias, Jogos Jurídicos) –, embora modalidades específicas sejam observadas em conformidade com o tipo de evento - futebol society (JIUFMS, InterUnesp), jiu-jitsu (InterUnesp e Jogos Jurídicos), beisebol (InterMed) e peteca (JIUFMS, Jogos Jurídicos) e sinuca e queimada (JIUFMS) (Martinelli, et al., 2023; Malagutti, et al., 2020). Por outro lado, os Jogos Universitários Brasileiros (JUBS) abrangem um leque maior de modalidades esportivas – beach soccer, futevôlei, hand beach, vôlei de praia, futebol de campo, badminton, basquete 3 x 3, judô, tênis de mesa, atletismo, atletismo paradesportivo, basquete, futebol eletrônico, handebol, judô, league of legends, natação, natação paradesportiva e voleibol – (Malagutti, et al., 2020).

Em que pese estudos sobre o tema terem relatado um processo de mudança na composição, o crescimento do número de associações por instituições, os tipos de ações, a abrangência das competições e a diversidade de modalidades que as integram, a literatura pouco dispõe de dados a respeito de aspectos afetos a preparação das equipes esportivas para participação em competições, não sendo conhecido os locais utilizados para os treinamentos, recursos humanos responsáveis pela condução dos treinamentos, tipo de relação formal existente entre os recursos humanos responsáveis pelos treinamentos e as associações, assim como a origem de recursos financeiros utilizados para subsidiar os treinamentos. Exceções são Ferreira (2021), que analisou os locais de treinamentos e Santos Junior et al. (2023), que traçaram o perfil dos treinadores de AAAs da Universidade Federal de Goiás.

Identificar esses aspectos se faz de grande relevância acadêmica e política, haja vista que possibilita compreender a preparação de equipes universitárias vinculadas as AAAs e como o esporte universitário associativista brasileiro tem se organizado, podendo os achados oriundos da investigação subsidiarem debates acadêmicos a respeito da questão, promover e fundamentar a defesa da inserção do esporte universitário associativista na *agenda-setting* de políticas públicas desenvolvidas em âmbito federal pelo Ministério do Esporte, Ministério da Educação e CBDU, assim como em cenários micros, como na política pública desenvolvida por cada universidade.

Isto porque, conforme defende Kingdon (2007), na formação da *agenda-setting* diferentes temas competem uns com outros em busca de chamar a atenção do gestor e ser incorporado no processo de formulação de respostas, sendo os dados de investigações, por vezes, importantes pra subsidiar e orientar os decisores.

Mediante ao exposto, a presente investigação questiona:

As AAAs da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Cidade Universitária utilizam quais infraestruturas físicas para o desenvolvimento dos treinamentos das equipes esportivas? Quem são os responsáveis por conduzir os treinamentos das equipes e critérios de seleção? Qual vínculo os treinadores têm com as AAAs?

Por seu turno, a pesquisa objetiva analisar a organização dos treinamentos esportivos das AAAs da UFMS/Cidade Universitária. Especificamente, objetivou identificar as infraestruturas usadas para os treinamentos; analisar a existência de recursos humanos responsáveis pelos treinamentos, a formação dos treinadores e os critérios de seleção.

## Metodologia

O estudo dispõe de elementos exploratórios, dado ao objeto da investigação ainda ser pouco examinado na literatura, com normas e ideias vinculadas ao problema de pesquisa vagas, corroborando com que maior familiarização e compreensão sobre o tema venha a ocorrer a partir de novas investigações. Ademais, caracteriza-se como descritivo, visto especificar propriedades, características, perfis de pessoas, grupos, contexto ou situações (Sampieri, Collado, & Lucio, 2006). É do tipo transversal, destinado a um corte instantâneo de informações de um único momento (Hochman, Nahas, Oliveira Filho, & Ferreira, 2005), de levantamento de campo, com interrogação direta das pessoas representantes do universo analisado, com obtenção de informações qualitativas (Gil, 2010), porém, tratadas na lógica quantitativa (Minayo, 2009).

Os presidentes de AAAs da UFMS/Cidade Universitária figuraram como população. A amostra foi composta por 17 presidentes, selecionados por adesão. Foram usados como critérios de inclusão: a) ter exercido a função de presidente de alguma AAA da UFMS/Cidade Universitária em 2019; b) anuência ao estudo com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido on-line. Como critério de exclusão: c) ser menor de 18 anos.

Em virtude de proporcionar maior agilidade e precisão na coleta (Gil, Camelo, & Laus, 2013) e promover maior taxa de respostas (Edwards, et al., 2009), os dados foram obtidos por meio da aplicação de questionário on-line. Fundamentado em estudos anteriores sobre o esporte universitário no Brasil (Camargo & Mezzadri, 2018; Starepravo, et al., 2010), o que permitiu identificar os constructos e os itens (De Von, et al., 2007), o instrumento foi elaborado no formato *Word Press*. Em sua confecção, o vocabulário, extensão (quantidade de questões) e distribuição das perguntas seguiram as orientações de Gil (2010).

O instrumento contou com 35 perguntas, sendo 24 abertas e 11 fechadas, organizadas em seis constructos: 1. Perfil demográfico dos presidentes, 2. Estrutura administrativa das AAAs, 3. Associados, 4. Interesses culturais fomentados; 5. Treinamentos esportivos; 6. Campeonatos esportivos. O link de acesso, orientações de preenchimento e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram enviados aos participantes via *e-mail*. Para este manuscrito foram

consideradas apenas as questões do constructo 5, estando os dados das demais questões publicadas em Martinelli et al. (2023) e Ribeiro et al. (2022).

As informações foram analisadas pela estatística descritiva (frequência absoluta e relativa), ordenadas pelas respectivas categorias, com apresentação visual em tabelas (Sampieri, et al., 2006).

As questões éticas preconizadas pelo Conselho Nacional de Saúde através das Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e Resolução nº 510, de abril de 2016 foram seguidas, com submissão e aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob nº CAAE: 55375021.4.0000.0021.

## Resultados/Discussão

### Infraestrutura esportiva usada para os treinamentos

A infraestrutura esportiva da UFMS figura como espaço principal aos treinamentos das AAAs, o que indica que a universidade tem papel relevante no desenvolvimento das ações esportivas promovidas pelo associativismo estudantil (Tabela 1).

Tabela 1.  
Espaços utilizados pelas AAAs Cidade Universitária/UFMS/2019 para os treinamentos.

Descrição	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
UFMS	15	88.23
Quadras particulares	6	35.29
Escolas públicas	5	29.41
Escola/ Clubes de natação	2	11.76
Locais privados	2	11.76
Quadras em clubes disponibilizadas por associados	1	5.88
Parques	1	5.88

A importância que a infraestrutura esportiva das universidades brasileiras tem para as Atividades Físicas de Lazer (AFL), dentre elas, os esportes, tem sido relatada na literatura, que sugere que a mesma figura como espaço privilegiado à vivência do lazer (Silva & Reverdito, 2023; Silva, 2021; Cardoso, Bora, Vieira, Correia, & Rechia, 2020), para o desenvolvimento de programas institucionais (Rosato, Souza, Daronco, & Pavão, 2021; Souza, Moraes e Silva, & Silva, 2019), treinamentos das equipes esportivas universitárias (Miranda, Lorenzo, & Costa, 2020; Robalinho, Silva, Neves, Vale, & Nunes, 2018) e treinamentos das AAAs (Ferreira, 2021).

No que concerne ao lazer, as estruturas físicas esportivas de universidades têm sido utilizadas em programas financiados pelo governo federal, sejam eles voltados aos estudantes, como o Programa Segundo Tempo Universitário (Silva, 2021) ou à comunidade em geral, como o Programa de Esporte e Lazer da Cidade (Silva & Ungheri, 2023; Silva, 2022). Sobre o uso para treinamentos esportivos, Miranda et al. (2020) evidenciaram que os atletas universitários de representação da Universidade de Brasília eram oriundos do Campus Darcy Ribeiro. Tal condição foi atribuída ao Campus em questão dispor de espaços esportivos, como o Centro Olímpico, vinculado a Faculdade de Educação Física,

sendo reservado no período noturno para preparação das equipes.

Em relação aos treinamentos, Ferreira (2021) evidenciou que na Universidade Federal de Uberlândia, os centros esportivos da instituição figuravam como espaços cada vez mais utilizados pelo associativismo. Portanto, as universidades dispõem de potencial para figurar como ambiente favorável ao fomento de ações esportivas, sejam elas desenvolvidas pela administração central, via projetos de extensão (ou por meio de parcerias com outros setores da administração pública), clubes esportivos ou AAAs. Isto porque, a maioria das universidades, sobretudo aquelas que oferecem a formação em Educação Física, contam com instalações específicas para aulas do curso (quadras, ginásios, piscinas, dojo, academias), devendo favorecer as experiências esportivas dos estudantes em horários que a infraestrutura esportiva não estiver sendo ocupada para aulas ou projetos institucionais.

Neste sentido, em universidades em que as aulas ocorrem no período diurno, salvaguardado os espaços esportivos para as aulas de graduação e projetos institucionais, como os de extensão, os demais horários ociosos durante a semana, assim como os finais de semanas e feriados, podem ser destinados às atividades das AAAs. Tal empreendimento pode ocorrer por intermédio de normas institucionais que regulamentem o uso, como o implementado na UFMS em 2021, que estabeleceu as seguintes prioridades.

I - aulas práticas de cursos da UFMS, de acordo com a matriz curricular; II - projetos da Administração Central; III – demais projetos esportivos aprovados institucionalmente; IV - práticas esportivas coletivas das Atléticas Universitárias da UFMS cadastradas na Proece; V - demais demandas de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação, de interesse institucional; e VI - demandas externa” (Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021, p.49).

Para distribuição desses horários, sugere-se que as unidades setoriais responsáveis pela administração dos espaços esportivos trabalhem em parceria com as Ligas Esportivas (entidades representantes das AAAs), lançando mão da gestão compartilhada, o que pode corroborar com a aproximação entre a administração universitária e as representações estudantis, de modo que os discentes se sintam acolhidos e valorizados no contexto institucional.

As Ligas, de acordo com Ribeiro et al. (2023, p.415-416)

[...] são entidades compostas por presidentes das AAAs vinculadas aos cursos, faculdades ou outras áreas de conhecimento, dispendo de atuação política junto a instituição e organização de eventos esportivos internos. Exercem interlocução mais con contexto interno das universidades do que externo. Figuras como instâncias colegiadas, integradas, consultivas, deliberativas e executivas responsáveis pela atuação em nome do coletivo e incumbem-se de organizar eventos esportivos internos em cada universidade, [...]. O potencial das universidades em

contribuir com os treinamentos esportivos das AAAs não se limita aquelas com oferta de cursos de graduação em Educação Física, pois a importância da infraestrutura esportiva no contexto universitário esteve presente na *polity* universitária - sistema jurídico e estrutura institucional administrativa normativa brasileira (Frey, 1989) - desde 1941. Mesmo sendo questionáveis e controversos os motivos pelos quais as AAAs foram incentivadas pelo governo Vargas e na ditadura militar (Martinelli, et al., 2023; Ribeiro, et al., 2022; Starepravo, et al., 2010), a construção de praças esportivas figurou por longa data como uma das exigências para autorização e reconhecimento federal de universidades, estando presente nas primeiras leis de regulamentação do Ensino Superior no país.

Tal condição esteve presente no Decreto-Lei nº 3.617, de setembro de 1941. Ao tratar das bases de organização do esporte universitário, o item VII do artigo 2º estabeleceu que “Deverão as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior construir e montar praças desportivas (negrito meu) para uso de seus alunos, constituindo esta obrigação uma das condições da autorização e do reconhecimento federais [...]” (Brasil, 1941, p.1). O reconhecimento normativo e a exigência de espaços também se fez presente na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e no Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, artigo 40, determinando a orientação adequada e instalações especiais ao esporte (Brasil, 1969; Brasil, 1968). Entretanto, por ocasião da publicação de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, tais dispositivos foram revogados (Brasil, 1996).

Buscando rever a obrigatoriedade da infraestrutura esportiva no contexto universitário brasileiro, em 2019 foi apresentado o projeto de Lei nº 805-D, propondo alteração do artigo 1º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, em que a disponibilização de infraestrutura física adequada à prática esportiva passasse a constar como indicador de avaliação no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior do Brasil (Câmara dos Deputados, 2021). Portanto, é possível que as universidades que não oferecem o curso de Educação Física, mesmo que em menor quantidade e variedade, disponham de alguma infraestrutura relacionada aos esportes, podendo vir a favorecer seu uso pelo associativismo estudantil em suas demandas de treinamentos e competições esportivas.

Considerando que diversas universidades brasileiras desde 2010 utilizam o Sistema de Seleção Unificado, com a inserção de pessoas advindas de cidades e Estados diferentes num mesmo contexto, a criação de mecanismos para formação de laços sociais em universidades, como a construção e disponibilização de infraestrutura esportiva às atividades das AAAs, torna-se essencial ao longo da formação (Martinelli, et al., 2023), pois as Ligas e os treinamentos esportivos estão entre as principais atividades universitárias extracurriculares (Vieira, et al., 2004) e a performance técnica na modalidade, preparação para participação em competições e fomento às práticas esportivas, as motivações dos treinamentos (Martinelli, et al., 2023).

Em que pese não estar relacionado as ações das AAAs, estudo de Rossato et al. (2021), evidenciou que a procura dos estudantes pelo esporte na universidade se encontrava motivada, sobretudo, pela promoção da qualidade de vida e socialização (interação social e conhecer novas pessoas). Tal condição também foi evidenciada em estudo com universitários americanos, pois conforme Forrester (2014), o uso das instalações esportivas e a participação em programas ou serviços recreativos nas universidades corroboram com o aumento das habilidades sociais (gestão do tempo, respeito pelos outros, performance acadêmica, sentimento de pertencimento/associação, capacidade de multitarefa, capacidade de desenvolver amizades, habilidades de cooperação em grupo, habilidades de comunicação, consciência multicultural e habilidades para resolver problemas). Além disso, permite a criação de novas amizades e formação de relacionamentos.

Enquanto espaço específico de ensino, as universidades devem proporcionar o desenvolvimento cultural através de ações que ocorram nos seus espaços físicos, favorecendo a promoção da saúde e a integração dos estudantes através dos esportes. Isto porque, conforme defendem Paul et al. (2020), o espaço público amplia as possibilidades do diálogo, do convívio social e da maior participação. Por seu turno, como advoga Piggitt (2020), as atividades físicas de lazer possibilitam experiências humanas e corroboram com o desenvolvimento fisiológico, psicológico, emocional, afetivo, social, político e cultural, estando relacionadas a interesses, ideias, emoções, instruções e relacionamentos em ocasiões em que as pessoas se movem e atuam em espaços culturalmente específicos.

Além da criação de condições favoráveis à socialização dos integrantes das AAAs, a existência de espaços esportivos podem exercer influência na percepção de pertencimento a instituição, haja vista que as instalações esportivas foram consideradas influenciadoras na decisão de americanos pela universidade, como também relacionada a intenção de continuarem a frequentando (Forrester, 2014).

A identificação do aluno com a instituição é de extrema importância, pois possibilita ao indivíduo maior conhecimento sobre ela. Ainda proporciona maior facilidade na inclusão com os demais participantes dentro da universidade (Fagundes, et al., 2022), podendo, as AAAs corroborarem, sobremaneira, neste quesito, haja vista que as mesmas têm elevado poder de engajamento social via treinamentos e competições esportivas. Conforme evidenciado por Gómez-Mazorra, Reyes-Amigo, Torres, Sán-chéz-Oliva e Labisa-Palmeira (2022), o apoio social, satisfação das necessidades psicológicas básicas e motivação autodeterminada, contribuem positivamente na intenção e na prática das AFL entre universitários, como também diminuem as barreiras percebidas.

Em que pese existirem evidências que sugerem a importância da infraestrutura esportiva às AFL, dentre elas, os treinamentos das AAAs, cabe pontuar que as universidades brasileiras não dispõem de condições para abarcar todas as

atleticas a elas vinculadas. A insuficiência dos espaços esportivos das universidades para os treinamentos foi destacada em estudos em Minas Gerais, vez que 59,67% das AAAs sinalizaram não possuir facilidades nas instituições as quais eram vinculadas (Pereira & Silva, 2019) e na Universidade Federal de Viçosa, a existência de poucos espaços e poucos horários para distribuir entre as AAAs foram pontuados pelos estudantes como fator negativo (Meneses Neto & Paula, 2023). Nas duas últimas décadas as AAAs têm se popularizado cada vez mais (Santos Junior, et al., 2023; Ribeiro, et al., 2022, Martinelli, et al., 2023; Pereira & Silva, 2019) e, conforme evidenciado por Ribeiro et al. (2023), ao contrário do que ocorria anteriormente, quando cada universidade dispunha de apenas uma representante, na atualidade, a maioria delas representam os cursos de graduação.

Não havendo condições suficientes para que as demandas de todas as atléticas sejam atendidas nas universidades, parte delas acabam usando quadras particulares ou de escolas públicas para desenvolvimento de treinamentos, conforme dados da presente pesquisa. Portanto, a criação de alternativas para além do uso da infraestrutura da universidade figura como estratégia relevante ao fomento das atividades esportivas, porque o número dessas entidades, com a migração da sua composição por universidades para composição por cursos, vem crescendo nas últimas décadas.

Neste cenário, em paralelo ao uso da infraestrutura da universidade, a formalização de parcerias entre as universidades e escolas públicas figura como estratégia viável, podendo os representantes das universidades, juntamente com os presidentes das AAAs, articularem parcerias institucionais com Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, de modo a facilitar o uso das quadras esportivas escolares no período noturno, finais de semanas e feriados.

Outra ação importante seria a atuação política junto ao legislativo estadual e municipal, a fim de que o uso dos espaços esportivos das escolas seja regulamentado por lei, estabelecendo os direitos e os deveres para cada parte envolvida, podendo, inclusive, exigir das universidades e atléticas que, em forma de contrapartida, as mesmas desenvolvam ou participem de ações com temas relacionados aos cursos de formação promovidas pelas escolas parceiras.

Pensar medidas alternativas em nível institucional no âmbito da *polity* se faz relevante para o fortalecimento dos treinamentos das AAAs e para a ampliação do número de associações que utilizam a infraestrutura escolar, visto que no formato atual as concessões são realizadas em conformidade com os contatos pessoais e políticos que cada grupo dispõe, fazendo com que alguns consigam usufruir desse benefício e outros não, o que fere o princípio da impessoalidade da administração pública. Treinamento esportivo, perfil e critérios de seleção dos treinadores. A maioria das atléticas analisadas (70.58%) recorrem a treinadores. Dentre as que contam com treinadores, predominou a atuação de profissionais da Educação Física (66.66%), sendo o valor cobrado (50.00%) e a disponibilidade de tempo (33.33%) os principais critérios de escolha. Dentre os treinadores, a maioria recebe remuneração pelo serviço prestado

(83.33%), sendo os recursos financeiros oriundos do caixa das atléticas (90.00%), conforme Tabela 2.

Tabela 2.  
Treinadores, critérios de escolha, curso de formação e custeio das AAA – Cidade Universitária/UFMS - 2019.

	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Tem treinadores		
Sim	12	70.58
Não	5	29.41
Curso de formação dos treinadores		
Educação Física	8	66.66
Estudantes de Educação Física	2	16.66
Praticantes, com experiência esportiva	2	16.66
Critérios para escolha dos treinadores		
Valor cobrado	6	50.00
Disponibilidade de tempo	4	33.33
Experiência esportiva	4	33.33
Conhecimento esportivo	3	25.00
Boa relação com os atletas	1	8.33
Didática	1	8.33
Voluntariado	1	8.33

A contratação de profissionais de Educação Física pela maioria das AAAs sugere que o esporte universitário constitui um campo profissional em que o treinador esportivo pode ser inserido no mercado de trabalho (Souza, et al., 2019). No Brasil, a atuação de treinadores esportivos é uma prerrogativa do profissional de Educação Física com habilitação em bacharelado, nos termos do que estabelece a Lei Federal nº 9.696, de 1 de setembro de 1998 (Brasil, 1998), o que indica a seriedade com que algumas associações conduzem a preparação das equipes para participação em competições por meio da intervenção de profissionais com formação específica, visando assessoria especializada e maiores condições de obtenção de resultados favoráveis em competições.

No que concerne a formação de treinadores esportivos, em que pese a graduação não ser a única (Santos Junior, et al., 2023; Rodrigues, Costa, Santos Junior, & Milistetd, 2017), haja vista que a internet, o diálogo com outros treinadores, a experiência como atleta, as experiências adquiridas no dia-a-dia como treinador e cursos específicos de aperfeiçoamento em modalidades, também influenciam (Rodrigues, et al., 2017), o Ensino Superior tem demonstrado ser fundamental, pois na graduação em Educação Física o estudante conta com um rol de conhecimentos que compõem a matriz curricular e promove capacitação técnica, pedagógica e metodológica para planejamento das fases dos treinamentos e orientações de modo a potencializar o sucesso e resultados nas competições. Portanto, conforme evidenciado por Santos Junior et al. (2023), a universidade é a principal fonte de formação de treinadores do esporte universitário. A atuação do profissional de Educação Física no treinamento pode mitigar riscos de execução de exercícios incorretamente e, por conseguinte, prevenir os estudantes-atletas de lesões, vez que além de terem maior aproximação com exercícios físicos no dia-a-dia, esses profissionais estudaram fatores importantes ao processo ensino-aprendizagem dos esportes, como conhecimento sobre o corpo, fisiologia do exercício, didática, entre outros

(Souza, et al., 2019).

Para além dos profissionais, se evidenciou a atuação de estudantes de Educação Física como treinadores, mesmo que presente em apenas em duas AAAs. Quadro diferente foi evidenciado na Universidade de São Paulo, pois segundo Dall'ara (2023), a maioria das AAAs são treinadas por estudantes da Escola de Educação Física e Esporte, quando os mesmos têm a primeira oportunidade de comandar equipes por meio do esporte universitário.

Milan et al. (2022) observaram a atuação de estudantes de Educação Física nos treinamentos de atléticas em uma Universidade Federal brasileira. A atuação se dava no formato supervisionado por treinadores, sendo os estudantes gradativamente inseridos em diferentes funções (planejamento e condução de sessões de treinamento; gestão de pessoas - relacionamento/comunicação; adaptabilidade e autoconsciência do treinador). A inserção dos estudantes nos treinamentos de AAAs dispõe de potencial em contribuir com a formação acadêmica, pois cursos de graduação em Educação Física não têm possibilitado experiências de atuação como treinadores em ações que compõem a matriz curricular - Estágio Supervisionado Obrigatório ou pesquisas (Santos Junior, et al., 2023). Para os estudantes envolvidos no estudo de Milan et al. (2022), tal condição figurou como as primeiras experiências em combinar teoria e prática, oportunidade que ampliaram a vontade em atuarem profissionalmente como treinadores.

Nota-se que no caso da Universidade Federal brasileira (Milan, et al., 2022), diferentemente da Universidade de São Paulo (Dall'ara, 2023) e na pesquisa com as AAAs da UFMS/Cidade Universitária, a atuação dos estudantes de Educação Física ocorre por meio de acompanhamento por profissionais, com a inserção gradativa na atuação como treinadores, o que é de grande relevância no contexto da extensão universitária, vez que o estudante não deve figurar como “mão de obra barata” (Paiva & Marcellino, 2004), mas sim terem oportunidades de inserção paulatinamente na articulação entre teoria e prática junto à comunidade e sob acompanhamento e orientação profissional.

A exemplo dos estudantes de Engenharias, da Fisioterapia e da Medicina, que têm laboratórios aonde desenvolvem seus experimentos, experiências em ações esportivas ao longo da formação acadêmica podem ser oportunidades ímpares para que os acadêmicos de Educação Física coloquem em prática os conhecimentos aprendidos nas disciplinas que compõem a matriz curricular, fazendo com que o tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) caminhem juntos.

Esses três pilares formam estudantes não só no aspecto técnico, mas, também, éticos e cidadãos, com potencial para transformar conhecimento em sabedoria, provocando nos discentes uma nova postura perante a sociedade. Embora não relacionado especificamente a formação de treinadores, a relevância e resultados positivos da atuação de universitários em ações de extensão tem sido evidenciada no planejamento das aulas (Chiva-Bartoll, Capella-Peris, & Pallarès-Piquer 2018), sistematização e aplicação dos conhecimentos oriundos das disciplinas cursadas (Cañadas,

2021), melhora pedagógica dos conteúdos (Galvan, Meaney, & Gray, 2018) e gestão dos alunos (Corbatón-Martínez, Miravet, Puig, Gómez, & Chiva-Bartoll, 2015), condição que também pode ocorrer quando a atuação se encontra voltada aos treinamentos de AAAs, pois treinadores têm relatado que a observação de outros profissionais e a prática cotidiana foram essenciais na construção do conhecimento profissional (Ramos, Graça, Nascimento, & Silva, 2011).

Para ampliar a atuação de acadêmicos de Educação Física em experiências formativas com os treinamentos das AAAs na UFMS/Cidade Universitária, uma alternativa seria a implementação de projetos de extensão que viabilizassem tal condição, haja vista que favoreceria com que um maior número de associações dispusessem desse auxílio, com condições favoráveis a obtenção de melhores resultados técnicos e físicos, assim como importante para formação dos estudantes de Educação Física que, sob orientação de professores, poderiam desfrutar de oportunidades para aplicar os conhecimentos advindos das disciplinas que compõem a matriz curricular (ensino) e os conhecimentos obtidos por intermédio de estudos científicos (pesquisa) junto à comunidade.

Além de sua importância para formação profissional e contribuições com a comunidade, a relevância da criação de programas de extensão ou estágio obrigatório voltados à formação acadêmica, decorre de evidências de que o estudante de Educação Física, conforme observaram Santos Junior et al. (2023), não desfrutaram de experiências com treinamentos em estágios obrigatórios, projetos de ensino ou projetos de pesquisa.

## Conclusões

A maioria das AAAs participantes do estudo tem na infraestrutura esportiva da universidade o principal espaço para os treinamentos. Portanto, conclui-se que a UFMS/Cidade Universitária dispõe de potencial para fomentar os treinamentos das atléticas, embora mediante o crescimento do número dessas entidades, não seja suficiente para atender todas, sendo parcerias com escolas estaduais e municipais, política alternativa viável a ser pensada pelos representantes da instituição e atléticas.

Quanto aos treinamentos, a maioria das AAAs dispõem de treinadores e, entre aquelas que têm, predomina a atuação daqueles com formação específica, sejam eles já formados (profissionais de Educação Física) ou em formação (acadêmicos), o que permite concluir que as AAAs levam a sério o processo de preparação para as competições que irão participar, recorrendo a profissionais de área específica. Isto indica que o treinamento figura um campo aberto e profícuo para atuação profissional e uma possibilidade complementar para formação dos acadêmicos do curso de Educação Física existente na instituição, de modo que a articulação teoria e prática seja viabilizada.

Por fim, os autores reconhecem as limitações da pesquisa em decorrência de contar com associações vinculadas apenas a uma universidade, o que restringe e impede que

seus achados sejam extrapolados para outros contextos. Sugere-se que novas investigações sejam desenvolvidas sobre o assunto e que um conjunto de associações que representem um universo maior, como o Estadual ou Nacional, seja contemplado.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Referências

- Barbosa, C. G. (2014). Liderança na gestão do esporte universitário: proposta da criação de uma rede de dados. *Dissertação* (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. Recuperado de [https://www.oasisbr.ibict.br/vu-find/Record/BRCRIS\\_4be862261b130a2a169191956f740797](https://www.oasisbr.ibict.br/vu-find/Record/BRCRIS_4be862261b130a2a169191956f740797)
- Belato, A. K. de M. (2018). Um estudo sobre a política do esporte universitário na Universidade de Brasília – UnB (2009-2016). 2018. 130 p. *Dissertação* (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado de <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/33998>
- Brasil (1969). *Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro*. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, DF. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0464.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0464.htm)
- Brasil (1941). *Decreto-lei nº 3.617, de 15 de setembro*. Estabelece as bases de organização dos desportos universitários. CLBR de 31.12.1941. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del3617.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3617.htm)
- Brasil (1968). *Lei nº 5.540, de 28 de novembro*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, DF. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15540.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm)
- Brasil (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, DF. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)
- Brasil (1998). *Lei nº 9.696, de 1 de setembro*. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, DF. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19696.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19696.htm)
- Câmara dos Deputados (2019). *Projeto de Lei nº 805-D, de 2019*. Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), para contemplar o desenvolvimento de práticas esportivas entre os estudantes na avaliação das instituições de educação superior. *Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania redação final*. Câmara dos Deputados. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192142>

- Camargo, P., & Mezzadri, F. (2018). A organização e configuração do esporte universitário no Brasil (1940-1980). *Motrivivência*, 30(53), 52-68. doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n53p52
- Cañadas, L. (2021). Aprendizaje-Servicio universitario en contextos de actividad física, educación física y deporte: una revisión sistemática. *Educ Pesqui.*, 47, e237446. doi.org/10.1590/s1678-4634202147237446
- Cardoso, G. R., Bora, S. M.A., Vieira, K. R.S., Correia, A. S., & Rechia, S. (2020). Lazer na universidade: espaços e equipamentos possíveis? *Licere*, 23(2), 289-315. doi.org/10.35699/2447-6218.2020.24041
- Chiva-Bartoll, Ò., Capella-Peris, C., & Pallarès-Piquer, M. (2018). Investigación-acción sobre un programa de aprendizaje-servicio en la didáctica de la educación física. *Rev Investig Educ.*, 36(1), 277-293. doi.org/10.6018/rie.36.1.270581
- Corbatón-Martínez, R., Miravet, L. M., Puig, M. M., Gómez, J. G., & Chiva-Bartoll, Ò. (2015). Efectos académicos, culturales, participativos y de identidad del ApS en futuros maestros a través de la Educación Física. *Profesorado*, 19(1), 280-297.
- Dall'ara, J. (2023). Na USP, esporte universitário é a porta de entrada para treinadores. Recuperado de <https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2023/07/na-usp-esporte-universitario-e-a-porta-de-entrada-para-novos-treinadores/>
- DeVon, H. A., Block, M. E., Moyle-Wright, P., Ernst, D. M., Hayden, S. J., Lazzara, D. J., Savoy, S. M., & Kostas-Polston, E. (2007). A psychometric toolbox for testing validity and reliability. *J Nurs Scholarsh*, 39(2), 155-164. doi.org/10.1111/j.1547-5069.2007.00161.x
- Edwards, P. J., Roberts, I., Clarke, M. J., DiGuyisepi, C., Wentz, R., Kwan, I., Cooper, R., Lambert, M. F., & Prapat, S. (2009). Methods to increase response to postal and electronic questionnaires. *Cochrane Database Syst Rev.*, 8(3). doi.org/10.1002/14651858.MR000008.pub5
- Fagundes, A. F. A., Prado, R. A. D. P., Felix, & D. F. (2022). A Identificação dos Discentes com as Associações Atléticas Universitárias e o Reflexo Quanto ao Engajamento Estudantil Junto às Instituições de Ensino Superior. *Educação e Pesquisa*, 48, e239088. doi.org/10.1590/S1678-4634202248239088
- Ferreira, B. R. (2021). Os impactos da olimpíada universitária da UFU no estilo de vida, prática esportiva e utilização do espaço da universidade na visão de estudantes e gestores. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Curso de Educação Física). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. Recuperado de <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/36149>
- Forrester, S. (2014). *The Benefits of Campus Recreation*. Corvallis, OR: NIRSA.
- Frey, K. (2000). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, 21, 212-259. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>
- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2021). Resolução nº 53-COEX/UFMS, de 21 de setembro de 2021. Aprova as Normas Regulamentadoras para o uso dos Espaços Esportivos da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *Boletim Oficial*, nº 7.633, p.44-5.
- Galvan, C., Meaney, K., & Gray, V. (2018). Examining the reciprocal nature of service-learning for underserved students and preservice teachers. *J Teach Phys Educ.*, 37(4), 363-372. doi.org/10.1123/jtpe.2018-0051
- Gil, R. F., Camelo, S. H., & Laus, A. M. (2013). Nursing tasks in the Material Storage Center of hospital institutions. *Texto Contexto Enferm.*, 22(4), 927-934. doi.org/10.1590/S0104-07072013000400008
- Gómez-Mazorra, M., Reyes-Amigo, T., Torres, H. G. T., Sánchez-Oliva, D., & Labisa-Palmeira, A. (2022). Actividad física en tiempo libre en estudiantes universitarios y transición escolar a la universidad desde las teorías de comportamiento: una revisión sistemática. *Retos*, 43, 699-712. doi.org/10.47197/retos.v43i0.89693
- Hochman, B., Nahas, F. X., Oliveira Filho, R. S., & Ferreira, L. M. (2005). Desenhos de pesquisa. *Acta Cirúrgica Brasileira*, 2(Supl. 2), 1-9. doi.org/10.1590/S0102-86502005000800002
- Kingdon, J. (2007). Juntando as coisas. In: Saravaia, E., Ferrarezi, E. (Orgs.). *Políticas públicas*. Brasília, DF: ENAP. p.225-245.
- Malagutti, J. P. M., Rojo, J. R., & Starepravo, F. A. (2020). O esporte universitário brasileiro: organizações oficiais e as associações atléticas acadêmicas. *Research, Society and Development*, 9(8), e32985325. doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5325
- Martinieli, I., Ribeiro, Leonardo, & Silva, J. (2023). Vida universitária e atuação do associativismo no lazer estudantil. *Revista Brasileira de Ciência e Esporte*, 45, e20220099. doi.org/10.1590/rbce.44.e20220099
- Meneses Neto, E. V., & Paula, C. E. A. (2023). Gestão do esporte universitário: o caso da Universidade Federal de Viçosa. *Revista GUAL*, 16(2), 43-70.
- Milan, F. J., Backes, A. F., Tozetto, A. V. B., Oliveira, L. M., Palheta, C. E. F., Nascimento, J. V., & Milistetd, M. (2022). Experiences of student coaches in brazilians university teams: a possibility for the coach education process. *Research, society and development*, 11, 1-15. doi.org/10.33448/rsd-v11i9.32001
- Minayo, M. C. de S. (2009). Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 33(Supl), 83-91. doi.org/10.1590/S0100-55022009000500009
- Miranda, I. S., Corado Loreno, L. T., & Costa, F. R. (2020). A dupla jornada do atleta universitário: perspectivas para a conciliação entre estudos e treinos na Universidade de Brasília. *Movimento*, 26(1), e26059, 2020. doi.org/10.22456/1982-8918.100344
- Motta, R. G., & Cora, M. A. J. (2019). Esporte universitário em São Paulo. *Rev Pensamento e Realidade*, 34(1), 94-110. doi.org/10.23925/2237-418.2019v34i1p94-110
- Paiva, J., & Marcellino, N. (2004). Possibilidades para a extensão universitária a partir de uma política de lazer nas faculdades de educação física. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 12(1), 85-90.
- Paul, A., T. K., Noon, S. J., Islam, M. M., & Lechner, A. M. (2020). Public open space, green exercise and well-being in Chittagong, Bangladesh. *Urban Forestry & Urban Greening*, 55, 126825. doi.org/10.1016/j.ufug.2020.126825
- Pereira, B. A., & Silva, L. P. (2019). Políticas de esporte e lazer nas universidades federais de Minas Gerais: um olhar sobre as Associações Atléticas Acadêmicas. *Licere*, 22(4), 95-136. doi.org/10.35699/1981-3171.2019.16263
- Pessoa, V. L. de F., & Dias, C. (2019). História do esporte universitário no Brasil (1933-1940). *Movimento*, 2(5), 1-13. doi.org/10.22456/1982-8918.82512
- Piggin, J. (2020). What is physical activity? a holistic definition for teachers, researchers and policy makers. *Frontiers in Sports and Active Living*, 2(72), 1-7. doi.



- org/10.3389/fspor.2020.00072
- Ramos, V., Graça, A. B. dos S., Nascimento, J., & Silva, R. (2011). A aprendizagem profissional - As representações de treinadores desportivos de jovens: quatro estudos de caso. *Motriz*, 17(2), 280-291. doi.org/10.5016/1980-6574.2011v17n2p280
- Ribeiro, L. S., Martineli, I. M. de G., Navarro, R. T., Moraes e Silva, M., & Silva, J. V. P. (2022). Asociaciones universitarias deportivas y académicas atléticas: estructura administrativa y perfil de los directores de la Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Brasil. *Retos*, 46, 411-424. doi.org/10.47197/retos.v46.91788
- Robalinho, M. J. A., Silva, L. L., Neves, E. B., Vale, R. G. S., & Nunes, R. A. M. (2018). Esporte universitário: percepção de atletas sobre os modelos brasileiro e canadense. *Revista de Educação Física*, 87, 360-370. doi.org/10.37310/ref.v87i2.754
- Rodrigues, H. A., Costa, G. C. T., Santos Junior, E. L. S., & Milistetd, M. (2017). As fontes de conhecimento dos treinadores de jovens atletas de basquetebol. *Motrivivência*, 29(51), 100-118. doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n51p100
- Romera, L. A. (2014). Lazer e festas: estudo sobre os modos de divulgação de bebidas os campi universitários. *Cad Bras Ter Ocup.*, 22, 95-102. doi.org/10.4322/cto.2014.033
- Rossato, C. E., Souza, G. dos S., Daronco, L. S. E., & Pavão, S. M. de O. (2021). Universitários participantes de um programa de atividade física e lazer podem mudar seus hábitos de vida? *Motrivivência*, 33(64), 1-19. doi.org/10.5007/2175-8042.2021.e79631
- Rocha, G. W. F., & Siqueira, V. H. F. (2009). Práticas sociais de estudantes de medicina na Universidade Pública. *Trab Educ Saúde*, 7(1), 149-165. doi.org/10.1590/S198177462009000100008
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia da pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hil.
- Santos Junior, E. L. dos, Almeida, M. O., Pereira, A. K. R., & Rodrigues, H. de A. (2023). O perfil dos treinadores esportivos de associações atléticas acadêmicas da Universidade Federal de Goiás. *Corpoconsciência*, 27, e14135. doi.org/10.51283/rc.27.e14135
- Silva, J. V. P. (2021). Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário em uma universidade federal em Campo Grande/MS/Brasil. *Rev Bras Ciênc Esporte*, 43, e00962. doi.org/10.1590/rbce.43.e009621
- Silva, J. V. P. (2022). Programas nacionais de atividade física em universidades federais brasileiras. *Movimento*, 28, e28044. doi.org/10.22456/1982-8918.122918
- Silva, J. V. S., & Reverdito, R. S. Ensino superior e fatores influenciadores à permanência e evasão no Programa Segundo Tempo Universitário. *Retos*, 49, 105-114. doi.org/10.47197/retos.v49.98218
- Silva, J. V. P., & Ungheri, B. O. (2023). Implementação do PELC em contexto universitário: participação popular, possibilidades e limitações ao esporte e lazer estudantil. *Retos*, 47, 400-407. doi.org/10.47197/retos.v47.95627
- Starepravo, F. A., Reis, L. J. A., Mezzadri, F. M., & Marchi Jr, W. (2010). Esporte Universitário Brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o Estado. *Rev Bras Ciênc Esporte*, 31(3), 131-148. doi.org/10.1590/S0101-32892010000300009.
- Souza, L., Moraes e Silva, M., & Silva, J. V. P. (2019). Política de esporte universitário em uma instituição pública de ensino superior de Mato Grosso do Sul. *Motrivivência*, 31(60), 1-20. doi.org/10.5007/2175-8042.2019e59874
- Vieira, E. M., Barbieri, C. L. A., Vilela, D. B., Ianhez, E. J., Tomé, F. da S., Woida, F. M., Martinez, G. L., Vicente, L. de M., Gava, N. F., Lira, P. G., & Mendonça, T. N. (2004). O que eles fazem depois da aula? as atividades extracurriculares dos alunos de ciências médicas da FMRP-USP. *Medicina*, 37, 84-90. doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v37i1/2p84-90

### Datos de los autores:

Junior Vagner Pereira da Silva

jr\_lazer@yahoo.com.br

Autor/a